



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPETÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Relatório INSP-2019-0063

BI-2019-0063

1 – Dados da inspeção

Data: 14/06/2019

Hora: 9h30

Tipo: Ação Direta

Âmbito: Regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente – Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto; Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Paulo M. Pires

Outros inspetores da IRA: António MR. Moutinho

Diligências realizadas:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no âmbito da campanha de inspeções a instalações abrangidas pelo regime jurídico de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, instituído pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.

De modo a garantir a presença e disponibilidade de interlocutor habilitado a prestar os esclarecimentos necessários, a inspeção foi previamente comunicada ao operador.

O operador fez-se representar na inspeção por um administrador da empresa, pelo responsável do estabelecimento, pelo responsável dos sistemas AQS e pelo gestor de segurança, os quais forneceram os esclarecimentos pertinentes e facultaram acesso à documentação relevante.

A inspeção consistiu na consulta de documentação e registos relacionados com a exploração do estabelecimento e com a prevenção de acidentes graves, na obtenção de esclarecimentos por parte dos interlocutores presentes e na visita às instalações. Foram presenciados trabalhos de enchimento de carro tanque na ilha de enchimento.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com toda a legislação aplicável.

2 – Estabelecimento inspecionado

2.1 – Operador

Firma: Bencom - Armazenagem e Comércio de Combustíveis, SA

NIPC: 512033838

Sede: Largo Vasco Bensaúde, n.º 13

Código Postal: 9500-103

Freguesia: Ponta Delgada (São Sebastião)

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel

2.2 – Estabelecimento inspecionado

2.2.1 – Dados gerais

Nome: Parque de Armazenagem de Combustíveis - São Roque do Pico



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Endereço: Rua de Acesso ao porto Comercial, s/n

Código Postal: 9940-238

Freguesia: Santo António

Concelho: São Roque do Pico

Ilha: Ilha do Pico

Atividade: 46711 - Comércio por grosso de produtos petrolíferos

Outras atividades: Operador de gestão de resíduos (alvará 23/DRA/2009)

Período de funcionamento Das 8h00 às 17h00, de 2.ª a 6.ª

Licenciamento da atividade: Licença de exploração n.º 09/2010 (DRE), em processo de renovação.

Coordenadas GMS: 26S 384534 m E; 4265644 m N



Figura 2.1: Localização do estabelecimento inspecionado (adaptado de Google Earth).

2.2.2 – Enquadramento no regime de prevenção de acidentes graves

Substâncias perigosas potencialmente presentes no estabelecimento ^{a)}:

Identificação da substância perigosa	Categoria (parte I, anexo I, DL 150/2015)	Substância Designada (parte II, anexo I, DL 150/2015)	Quantidade máxima (t)
Gasolina	---	34 – Produtos petrolíferos e combustíveis alternativos	386
Jet A1	---		172
Gasóleo	---		1471
Fuelóleo pesado	---		1367

^{a)} Apenas são mencionadas as substâncias relevantes para efeitos do anexo I do DL 150/2015.

Para além dos produtos acima mencionados o estabelecimento armazena também óleos usados e águas oleosas, enquadrados no âmbito da sua atividade como operador de gestão de resíduos. Estes produtos são armazenados em dois reservatórios de 25 m³ cada um.

À data da inspeção a instalação de armazenamento de Jet A1 encontrava-se em manutenção (não possuía qualquer quantidade armazenada deste produto).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Início de atividade: Anterior a 2015 Enquadramento no DL 150/2015: Estabelecimento existente - al. f) art. 3.º

Classificação quanto à perigosidade: Estabelecimento de nível inferior

Integra grupo de efeito dominó? ☒ Não

☐ Sim

2.2.3 - Atividades exercidas, relacionadas com substâncias perigosas

Atividade	Descrição sumária da atividade																																												
Receção de substâncias perigosas	<p>A receção de combustíveis é feita por <i>pipeline</i> a partir do terminal portuário de São Roque do Pico. Existe um <i>pipeline</i> para o fuelóleo e outro para gasolina e gasóleo. Está prevista a instalação de um <i>pipeline</i> para o Jet A1.</p> <p>Os resíduos (águas oleosas e óleos usados) são recebidos na instalação em camião, com reservatório para o efeito, sendo descarregados na ilha de enchimento.</p>																																												
Armazenagem de substâncias perigosas	<p>Os produtos são armazenados em tanques de montagem aérea, instalados em bacias de retenção:</p> <table><tr><th>Reservatório</th><th>Tipo</th><th>Produto</th><th>Volume (m³)</th></tr><tr><td>TQ-101</td><td>Cilíndrico vertical</td><td>Gasolina</td><td>250</td></tr><tr><td>TQ-102</td><td>Cilíndrico vertical</td><td>Gasolina</td><td>250 ^{a)}</td></tr><tr><td>TQ-201</td><td>Cilíndrico horizontal</td><td>Jet A1</td><td>100</td></tr><tr><td>TQ-202</td><td>Cilíndrico horizontal</td><td>Jet A1</td><td>100</td></tr><tr><td>TQ-301</td><td>Cilíndrico vertical</td><td>Gasóleo</td><td>1000</td></tr><tr><td>TQ-302</td><td>Cilíndrico vertical</td><td>Gasóleo</td><td>750</td></tr><tr><td>TQ-401</td><td>Cilíndrico vertical</td><td>Fuelóleo</td><td>750</td></tr><tr><td>TQ-402</td><td>Cilíndrico vertical</td><td>Fuelóleo</td><td>600</td></tr><tr><td>TQ-901</td><td>Cilíndrico horizontal</td><td>Águas oleosas</td><td>25</td></tr><tr><td>TQ-902</td><td>Cilíndrico horizontal</td><td>Óleos usados</td><td>25</td></tr></table> <p>^{a)} Nos termos da licença de exploração, apenas está autorizada a utilização de 200 m³.</p>	Reservatório	Tipo	Produto	Volume (m³)	TQ-101	Cilíndrico vertical	Gasolina	250	TQ-102	Cilíndrico vertical	Gasolina	250 ^{a)}	TQ-201	Cilíndrico horizontal	Jet A1	100	TQ-202	Cilíndrico horizontal	Jet A1	100	TQ-301	Cilíndrico vertical	Gasóleo	1000	TQ-302	Cilíndrico vertical	Gasóleo	750	TQ-401	Cilíndrico vertical	Fuelóleo	750	TQ-402	Cilíndrico vertical	Fuelóleo	600	TQ-901	Cilíndrico horizontal	Águas oleosas	25	TQ-902	Cilíndrico horizontal	Óleos usados	25
Reservatório	Tipo	Produto	Volume (m³)																																										
TQ-101	Cilíndrico vertical	Gasolina	250																																										
TQ-102	Cilíndrico vertical	Gasolina	250 ^{a)}																																										
TQ-201	Cilíndrico horizontal	Jet A1	100																																										
TQ-202	Cilíndrico horizontal	Jet A1	100																																										
TQ-301	Cilíndrico vertical	Gasóleo	1000																																										
TQ-302	Cilíndrico vertical	Gasóleo	750																																										
TQ-401	Cilíndrico vertical	Fuelóleo	750																																										
TQ-402	Cilíndrico vertical	Fuelóleo	600																																										
TQ-901	Cilíndrico horizontal	Águas oleosas	25																																										
TQ-902	Cilíndrico horizontal	Óleos usados	25																																										
Utilização / transformação de substâncias perigosas	Os produtos são movimentados no interior do estabelecimento entre os diversos reservatórios compatíveis, consoante as necessidades, por intermédio de eletrobombas.																																												
Expedição de substâncias perigosas	<p>Os combustíveis são normalmente expedidos por carro tanque, embora possam também ser expedidos por <i>pipeline</i> para o terminal portuário.</p> <p>Os resíduos são expedidos em contentor cisterna.</p>																																												
Operação e manutenção de infraestruturas e equipamentos	O pessoal afeto ao estabelecimento executa todas as operações relacionadas com a operação normal da instalação, tais como descarga de navios, movimentação de produto e pequenos trabalhos de manutenção.																																												

2.2.4 – Alterações relevantes desde a última inspeção

Âmbito	Descrição sumária das alterações relevantes desde a última inspeção (abril de 2016)
Gestão / negócio	Sem alteração.
Pessoal	O pessoal afeto à exploração do estabelecimento foi integrado na Bencom (pertencia a uma empresa externa).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Âmbito	Descrição sumária das alterações relevantes desde a última inspeção (abril de 2016)
Tecnologia / equipamentos	Implementação de aplicação (software) de gestão de movimentos de produtos; Remodelação da ETARI.
Instalações / envolvente	Sem alteração.
Alteração substancial? (art. 25.º DL 150/2015)	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim

3 – Verificação das obrigações associadas aos instrumentos de prevenção

As referências feitas no presente capítulo à APA, à IGAMAOT e à ANPC devem entender-se como sendo feitas às entidades regionais competentes na matéria, respetivamente, a Direção Regional do Ambiente (DRA), a Inspeção Regional do Ambiente (IRA) e o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA).

3.1 – Comunicação da informação (anterior notificação)

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador comunica, através de formulário, que inclui os elementos definidos no anexo II do DL 150/2015, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente ao início da construção ou de alteração que implique a modificação de inventário; ii) Outro estabelecimento, no prazo de seis meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015.	n.º 1, art. 14.º DL 150/2015	Cumprido	
b) O operador atualiza a comunicação previamente à ocorrência das seguintes situações: i) Alteração substancial de um estabelecimento sempre que haja alteração da informação constante da comunicação; ii) Alteração da classificação de substâncias perigosas presentes, por via da alteração legislativa ou por autotclassificação, sempre que implique uma alteração do enquadramento do estabelecimento, de nível inferior para superior ou vice-versa; iii) Alteração da informação constante das alíneas a), b) e c) do anexo II ao DL 150/2015.	n.º 2, art. 14.º DL 150/2015	Cumprido	A última atualização foi efetuada em 17/04/2018.
c) O encerramento definitivo ou desativação do estabelecimento é comunicado previamente pelo operador à APA, I. P., e à IGAMAOT e, no caso de estabelecimento de nível superior, também à ANPC, apresentando uma declaração que ateste a data a partir da qual deixa de haver presença de substâncias perigosas no estabelecimento.	n.º 3, art. 14.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.2 – Política de prevenção de acidentes graves



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador define uma política de prevenção de acidentes graves, que deve constar de documento escrito.	n.º 1, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Consta de documento assinado pela administração, datado de 14/01/2016.
b) A política de prevenção de acidentes graves deve ser proporcional ao perigo de acidentes graves e incluir: i) Os objetivos e princípios de ação gerais fixados pelo operador, nomeadamente a garantia de um nível elevado de proteção da saúde humana e do ambiente; ii) O papel e a responsabilidade da gestão de topo; iii) O empenho na melhoria contínua do controlo dos perigos de acidentes graves.	n.º 2, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Evidenciado no documento.
c) A política de prevenção de acidentes graves é revista e, se necessário, atualizada: i) De cinco em cinco anos, considerando, se aplicável, a informação disponibilizada pelos operadores dos estabelecimentos de grupo de efeito dominó; ii) Sempre que se introduza no estabelecimento uma alteração substancial.	n.º 4, art. 16.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.3 – Relatório de segurança

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador de estabelecimento de nível superior elabora e submete o relatório de segurança, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente ao início da construção ou de alteração de inventário de substâncias perigosas da qual decorra que o estabelecimento passe a ser de nível superior, tendo em atenção o disposto no artigo seguinte; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015.	n.º 1, art. 18.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento de nível inferior.
b) O operador de estabelecimento de nível superior revê e, se necessário, atualiza o relatório de segurança, e submete a versão atualizada ou partes atualizadas do mesmo, nas seguintes situações: i) Previamente à introdução de uma alteração substancial do estabelecimento; ii) Periodicamente de cinco em cinco anos; iii) Na sequência de acidente grave; iv) Sempre que novos factos ou conhecimentos o justifiquem, por iniciativa do operador ou a pedido da autoridade ambiental.	n.º 2, art. 18.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento de nível inferior.
c) O operador não pode iniciar a construção do estabelecimento ou a execução da alteração substancial antes da aprovação do relatório de segurança.	n.º 10, art. 19.º DL 150/2015	Não aplicável	
d) Se da revisão do relatório de segurança o operador verificar não ser necessária a sua atualização, deve apresentar a fundamentação dessa opção.	n.º 3, art. 18.º DL 150/2015	Não aplicável	
e) No caso de aprovação condicionada do relatório de segurança e suas atualizações, o operador deve cumprir as condições constantes do parecer.	n.º 2, art. 19.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.4 – Auditoria ao sistema de gestão da segurança



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador apresenta à APA, I. P., até 30 de abril de cada ano, um relatório de auditoria, relativo ao ano anterior, que ateste a conformidade do sistema de gestão de segurança do estabelecimento.	n.º 1, art. 20.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento de nível inferior.
b) A auditoria é obrigatoriamente realizada por verificadores qualificados pela APA, I. P.	n.º 2, art. 20.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.5 – Plano de emergência interno (PEI) / plano de emergência interno simplificado (PEIS)

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador elabora o plano de emergência interno/Plano de emergência interno simplificado de acordo com as orientações fixadas pelas autoridades ambiental e de proteção civil, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente à entrada em funcionamento; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido.	n.º 1, art. 22.º DL 150/2015 n.º 1, art. 23.º DL 150/2015	Cumprido	Possuía um plano de emergência interno datado de 20/11/2008 (edição 0, revisão 0).
b) Os trabalhadores e o pessoal relevante contratado a longo prazo que preste serviço no estabelecimento de nível superior são consultados pelo operador para efeitos de elaboração e da atualização do plano de emergência interno.	n.º 2, art. 22.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento de nível inferior.
c) Os planos de emergência internos e os planos de emergência internos simplificados são revistos e, se necessário, atualizados: i) Pelo menos de três em três anos; ii) Previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial.	n.º 4 e 5, art. 21.º DL 150/2015	Não cumprido	Decorreram mais de 10 anos desde a aprovação do plano de emergência interno, não tendo apresentado evidências de revisão do mesmo.
d) O plano de emergência interno e o plano de emergência interno simplificado são colocados à disposição da APA, I. P., da ANPC, da IGAMAOT, da câmara municipal e da entidade licenciadora, coordenadora ou competente para a autorização do projeto, sempre que solicitado.	n.º 3, art. 22.º DL 150/2015 n.º 2, art. 23.º DL 150/2015	Cumprido	Foi facultada a consulta do plano impresso existente no estabelecimento.

3.6 – Plano de emergência externo

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador de estabelecimento de nível superior fornece à ANPC, de acordo com as orientações fixadas por essa autoridade, a informação necessária à elaboração do plano de emergência externo, nas seguintes situações: i) Novo estabelecimento, previamente à entrada em funcionamento; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido.	n.º 2, art. 24.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento de nível inferior.
b) A informação necessária à elaboração do plano de emergência externo é revista e, se necessário, atualizada: i) Pelo menos de três em três anos; ii) Previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial.	n.º 4 e 5, art. 21.º DL 150/2015 n.º 3, art. 24.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.7 – Exercícios de aplicação dos planos de emergência



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador deve realizar os seguintes exercícios de aplicação dos planos de emergência: i) Plano de emergência interno: no mínimo, uma vez por ano; ii) Plano de emergência Interno simplificado: no mínimo, de dois em dois anos; iii) Exercícios conjuntos dos planos de emergência de estabelecimentos que integrem um grupo de efeito dominó: no mínimo, de três em três anos.	n.º 1, art. 27.º DL 150/2015	Não cumprido	O último exercício de aplicação do plano de emergência ocorreu em janeiro de 2015. O operador alegou que pretendia realizar um simulacro depois da revisão do PEI mas como esta estava atrasada não pode realizar o exercício dentro da periodicidade prevista. Em substituição realizou ações de treino numa estrutura de simulação móvel desenvolvida para o efeito, que inclui fogo real e simulador de fumo.
b) Os exercícios de aplicação dos planos de emergência devem ser comunicados à APA, I. P., à ANPC, à IGAMAOT e à câmara municipal, com uma antecedência mínima de 10 dias.	n.º 3, art. 27.º DL 150/2015	Não aplicável	Não realizou exercícios desde janeiro de 2015.
c) A câmara municipal realiza exercícios de aplicação do plano de emergência externo, no mínimo de três em três anos, e comunica a sua realização à APA, I. P., à ANPC, à IGAMAOT, com uma antecedência de 10 dias.	n.º 2, art. 27.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.8 – Estabelecimentos de efeito dominó

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) No prazo de 30 dias, após a comunicação da APA, I. P., o operador envia aos demais estabelecimentos integrados no seu grupo de efeito dominó a informação com o seguinte conteúdo mínimo: i) Descrição das atividades desenvolvidas; ii) Inventário de substâncias perigosas e informação sobre a sua perigosidade, designadamente as fichas de dados de segurança; iii) Representação em carta dos cenários de acidentes cujo alcance atinja os estabelecimentos que integram o grupo de efeito dominó, a qual é de carácter facultativo para os estabelecimentos não enquadrados no nível superior.	n.º 3, art. 26.º DL 150/2015	Não aplicável	
b) O operador tem em conta a informação disponibilizada pelos estabelecimentos identificados em grupos de efeito dominó, nomeadamente a relativa à natureza e extensão do perigo global de acidente grave, na sua política de prevenção de acidentes graves, no sistema de gestão da segurança, no relatório de segurança, no plano de emergência interno e na informação necessária à elaboração do plano de emergência externo.	n.º 5, art. 26.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.9 – Avaliação de compatibilidade de localização

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador requer a avaliação da compatibilidade, acompanhado de um estudo das zonas de perigosidade do estabelecimento nas seguintes situações: i) Projeto de implantação de novo estabelecimento; ii) Projeto de alteração substancial.	art. 8.º e 9.º DL 150/2015	Não aplicável	
b) No caso de decisão favorável condicionada, o operador deve cumprir as condições estabelecidas.	n.º 3, art. 8.º DL 150/2015	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) O operador não pode iniciar a construção do estabelecimento ou a execução da alteração antes de decisão da APA, I. P., que ateste a compatibilidade de localização dos projetos.	n.º 4, art. 8.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.10 – Cadastro de zonas de perigosidade

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador envia, através de formulário, proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento, nos seguintes prazos: i) Até um ano, a partir data de entrada em vigor do DL 150/2015 no caso de estabelecimento existente de nível superior; ii) Até dois anos, a partir data de entrada em vigor do DL 150/2015 no caso de estabelecimento existente de nível inferior; iii) Até à entrada em funcionamento, no caso de alteração substancial que não implique um aumento dos perigos de acidente grave, de forma a atualizar a informação constante do cadastro, nomeadamente no caso da desativação de instalações; iv) Até 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015, no caso de outro estabelecimento.	art. 12.º DL 150/2015	Cumprido parcialmente	A proposta foi submetida em 03/05/2018 (fora do prazo).

3.11 – Informação ao público

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador elabora, divulga e mantém disponível ao público de forma permanente, nomeadamente por via eletrónica, a informação constante do anexo VI.	n.º 1, art. 30.º DL 150/2015	Cumprido	A informação está disponível no endereço https://www.bencom.pt/?page_id=127 .
b) A informação prevista no número anterior é atualizada sempre que necessário, nomeadamente quando ocorra uma alteração substancial do estabelecimento.	n.º 2, art. 30.º DL 150/2015	Cumprido	A última atualização foi efetuada em novembro de 2018.

3.12 – Responsabilidade ambiental

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Constituiu um fundo próprio no valor de 100000€.

4 – Implementação da política de prevenção de acidentes graves

4.1 – Garantia de meios e estruturas adequados



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador é responsável pela implementação da política de prevenção de acidentes graves, garantindo a existência de meios e estruturas adequadas e de um sistema de gestão da segurança para a prevenção de acidentes graves (estabelecimento de nível superior) ou sistemas de gestão adequados (estabelecimento de nível inferior). O sistema de gestão de segurança deve ser proporcional aos perigos, às atividades industriais e à complexidade da organização do estabelecimento e basear-se na avaliação dos riscos. O sistema de gestão de segurança integra a parte do sistema de gestão geral que inclui a estrutura organizacional, as responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos que permitem determinar e pôr em prática a política de prevenção de acidentes graves.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	A implementação da política de prevenção de acidentes graves no estabelecimento é apoiada pelas estruturas que a empresa Bencom tem definidas transversalmente, designadamente ao nível do combate a emergências, identificação e avaliação de riscos, formação, gestão da qualidade, ambiente e segurança, e gestão documental. Verifica-se também o envolvimento direto da administração da empresa, na concretização de medidas necessária para a implementação da política de prevenção de acidentes graves neste estabelecimento. Verificou-se que o operador tem implementadas práticas e procedimentos que abordam todos os item da alínea c) do anexo III do Decreto-Lei n.º 150/2015, conforme consta dos pontos 4.2 a 4.8 do presente relatório, embora existam alguns aspetos a melhorar no que respeita ao planeamento de emergências e auditoria e revisão.

4.2 – Organização e pessoal

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Funções e responsabilidades do pessoal envolvido na gestão dos perigos de acidentes graves a todos os níveis da organização em conjunto com as medidas destinadas a reforçar a sensibilização para a necessidade de melhoria contínua. Identificação das necessidades de formação desse pessoal e organização dessa formação. Participação do pessoal, incluindo subcontratados a operar no estabelecimento, relevante do ponto de vista da segurança.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Foi discutido o quadro de pessoal do estabelecimento, com o respetivo enquadramento hierárquico e funcional. Foram abordadas as ações de formação ministradas com relevância na prevenção de acidentes graves. Foi verificado o processo de integração do pessoal da empresa externa, bem como o processo de contratação de novos colaboradores.

4.3 – Identificação e avaliação dos perigos de acidentes graves

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos para identificação sistemática dos perigos de acidentes graves que possam surgir em condições normais e anormais de funcionamento, incluindo atividades subcontratadas, se relevante, e avaliação da probabilidade de ocorrência desses acidentes e da sua gravidade.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Foi efetuada uma identificação e avaliação de riscos em abril de 2016 que abrange todas as atividades exercidas no estabelecimento. Foi efetuada uma reavaliação em janeiro de 2019.

4.4 – Controlo operacional



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos e instruções para o funcionamento em condições de segurança, incluindo operações de manutenção, processos, equipamento, gestão dos alarmes e paragens temporárias; tendo em conta as informações disponíveis sobre melhores práticas em matéria de monitorização e controlo para reduzir o risco de falha do sistema; gestão e controlo dos riscos associados ao envelhecimento do equipamento existente no estabelecimento e corrosão; inventário do equipamento do estabelecimento, estratégia e metodologia para monitorização e controlo do estado do equipamento; seguimento apropriado e quaisquer medidas necessárias.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Foram observadas as instalações, equipamentos e algumas operações, bem como consultados documentos e registos diversos sobre procedimentos, inspeção e manutenção de equipamentos. Verificou-se que o operador tinha definidos procedimentos e instruções de trabalho e implementadas práticas para que a exploração do estabelecimento decorra em condições de segurança.

4.5 – Gestão das modificações

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos para o planeamento das modificações a introduzir ou para a conceção de uma nova instalação, processo ou local de armazenagem.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O operador tem definido um procedimento para a gestão das modificações. Foi verificada a aplicação do procedimento ao processo de remodelação da ETARI. O processo iniciou-se com a aprovação da mudança, seguindo-se o plano de implementação e a identificação de perigos e avaliação de riscos.

4.6 – Planeamento de emergências

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos para identificar emergências previsíveis através de uma análise sistemática, e para preparar, testar e rever planos de emergência a fim de responder a essas emergências, proporcionando formação específica ao pessoal em causa. Essa formação deverá ser dada a todo o pessoal que trabalhe no estabelecimento, incluindo o pessoal subcontratado relevante.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido parcialmente	O operador evidenciou a realização de ações de formação e de treino relevantes em matéria de combate às emergências que possam ocorrer no estabelecimento. Contudo, não tinha a revisão do plano de emergência atualizada nem realizou testes (simulacros) ao mesmo desde 2015, conforme referido em 3.6.

4.7 – Monitorização de desempenho

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos destinados a uma avaliação contínua do cumprimento dos objetivos fixados pelo operador no âmbito da política de prevenção de acidentes graves e do sistema de gestão da segurança e introdução de mecanismos de investigação e de correção em caso de não cumprimento. Os procedimentos devem englobar o sistema de comunicação de acidentes graves ou de incidentes, nomeadamente os que envolveram falha nas medidas de proteção, e a sua investigação e acompanhamento, com base nas lições aprendidas. Os procedimentos podem também incluir indicadores de desempenho, nomeadamente em matéria de segurança, e outros indicadores pertinentes.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O operador adotou um novo modelo de avaliação contínua, com início em janeiro de 2019. Definiu um conjunto de indicadores que abrangem todas as áreas do sistema de gestão da segurança para a prevenção de acidentes graves. A monitorização, com periodicidade mensal, consta do mapa de acompanhamento de indicadores SGSPAG. Tem definidos procedimentos para comunicação e investigação de acidentes e incidentes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4.8 – Auditoria e revisão

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos destinados à avaliação periódica e sistemática da política de prevenção dos acidentes graves e da eficácia e adequação do sistema de gestão da segurança. Revisão documentada dos resultados da política e do sistema de gestão da segurança e a sua atualização pela gestão de topo, incluindo a consideração e integração das alterações necessárias, resultantes da auditoria e da revisão.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido parcialmente	O operador tem definido procedimento para a avaliação e revisão do sistema de gestão da segurança para a prevenção de acidentes graves, com periodicidade anual. No entanto, o procedimento ainda não foi aplicado ao estabelecimento de São Roque do Pico.

5 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- Realizou o último exercício de aplicação do plano de emergência interno em janeiro de 2015. O incumprimento do dever de realizar exercícios de aplicação do plano de emergência interno simplificado, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, constitui contraordenação grave, nos termos da alínea n) do n.º 2 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €12 000 a €216 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 3);
- Mantinha em vigor um plano de emergência interno datado de novembro de 2008, não tendo evidenciado a realização de qualquer revisão do mesmo. O incumprimento do dever de atualização de três em três anos do plano de emergência interno simplificado, conforme previsto no n.º 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, constitui contraordenação ambiental leve prevista na alínea h) n.º 3 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 2).

6 – Indicações e medidas adotadas

Nos termos do disposto no artigo 38º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, remeteu-se o relatório ao operador, com a indicação de que deverá dar cumprimento às seguintes medidas:

- Proceder à revisão e, se necessário, atualização do plano de emergência interno nos termos previstos no n.º 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto;
- Realizar exercícios de aplicação do plano de emergência interno nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto;
- Implementar no estabelecimento o procedimento de auditoria e revisão conforme previsto na subalínea vii) da alínea c) do anexo III do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

A verificação da implementação das medidas preconizadas será efetuada através de inspeção de acompanhamento a realizar no prazo máximo de um ano.

Relativamente à irregularidade mencionada na alínea b) do n.º 5 do presente relatório foi levantado auto de notícia.

Ponta Delgada, 24 de junho de 2019

O Inspetor Superior Principal

(Paulo Martinho Pires)